

O PRÍNCIPE



NICOLAU
MAQUIAVEL

Veríssimo

O PRÍNCIPE



NICOLAU
MAQUIAVEL

TRADUÇÃO
RAFAEL ARRAIS

Veríssimo

PREFÁCIO

Há duas boas razões para se ler este livro:

Primeira. Assim você vai saber do que todos estão falando ao usarem o termo “maquiavélico”, particularmente nas análises políticas. Tal adjetivo se tornou tão comum que é muitas vezes usado fora de contexto. Isso se torna compreensível quando percebemos que muitos dos que o utilizam nunca leram esta carta escrita por um cortesão da renascença ao seu príncipe (o “magnífico Lorenzo de Medici”). Assim sendo, uma maior familiaridade com esta obra é sem dúvida necessária para a compreensão mais aprofundada do termo; que, como devem saber, se refere ao sobrenome do autor – Maquiavel.

Segunda. Este livro descreve muito bem a maior parte das situações de poder. Da política às corporações, e onde quer que existam relações de controle e influência, as observações e regras maquiavélicas serão geralmente válidas.

Assim, se tudo correr bem, você também irá descobrir que Maquiavel não é tão mau quanto acabou sendo afamado na cultura popular. O seu trabalho aqui foi simplesmente descrever “as regras do jogo do poder”, que já existiam muito antes de ele ter nascido e ainda existirão por muito tempo, quem sabe durante toda a história humana – ao menos enquanto perdurarem a competição e o egoísmo.

As regras maquiavélicas não são nem boas nem más em si mesmas, tudo o que elas fazem é descrever um processo. O que é bom ou mau é o uso que as pessoas que compreenderam tais regras fazem delas quando alcançam posições de poder, considerando que vivemos numa sociedade que julgará as suas ações de acordo com a lei e os princípios ético-religiosos mais essenciais.

Quando esses princípios são suprimidos (como na Alemanha nazista, na “Idade das Trevas” medieval ou sob os regimes comunistas totalitários), as regras maquiavélicas vestem o seu manto demoníaco, mas isso ocorre simplesmente porque elas passam a servir os interesses demoníacos de seus “príncipes”.

Já em sociedades democráticas que são perfeitamente capazes de regular e restringir o poder dos seus governantes, o pensamento contido nesta obra pode produzir excelentes resultados. Um belo exemplo foi o uso que Abraham Lincoln fez de tais regras, vencendo os seus adversários políticos de forma legítima e encerrando a escravidão em seu país.

Para apreciar devidamente as lições que podem ser tomadas desta obra, faz-se necessário transportar a vivência e a linguagem medievais para a nossa era moderna. Por exemplo, a forma casual com a qual Maquiavel discorre sobre a necessidade de assassinar oponentes políticos era algo que fazia todo o sentido para aqueles que desejavam alcançar o poder quinhentos anos atrás. Nos dias atuais, esperamos, o termo “assassinato” poderia ser traduzido em “reduzir o poder de alguém nas decisões da empresa” e/ou “retirar aquele outro do seu cargo de ministro”.

E o que alguém ganha ao ler este livro? Ora, trata-se de um mapa do caminho com reflexões e lições sobre: (1) sobressair-se aos demais numa disputa por poder; e (2) manter e expandir o seu poder sobre os demais, principalmente aqueles que desejam ocupar a sua posição atual.

Esta obra fala sobre colocar a conquista dos seus objetivos acima de quaisquer outras considerações, sem espaço para piedade com aqueles que se encontram na mesma competição. Muitas das máximas que encontramos na mídia e na análise política, até hoje, nasceram do livro de Maquiavel: “os fins justificam os meios”; “é melhor ser temido do que amado”; “se você vai lutar contra o príncipe, mate o príncipe” etc.

Dessa forma, trata-se de uma leitura essencial para todo aquele que se encontra atualmente num meio ambiente extremamente competitivo (quijá boa parte da humanidade) e espera prosperar de alguma forma. As regras maquiavélicas simplesmente consideram que, em todo caso, o instinto humano de todos os demais já será algo egoísta.

Certamente há muitas outras formas de prosperar e sobreviver numa competição sem recorrer a tais lições. Sobretudo na modernidade, nos países de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais elevado, temos inúmeros exemplos de empreitadas altruístas e colaborativas que têm dado muito certo, mas seria ingenuidade considerar que tais exemplos já são a regra, e não a exceção. Assim sendo, esta obra continua sendo muito atual, para o bem ou para o mal.

Muitos dos políticos e diretores executivos do nosso tempo são ao menos em parte maquiavélicos. O truque é usar o poder para objetivos nobres. Assim, todos os políticos e executivos que se sobressaíram aos demais, vencendo eleições ou competições internas nas suas empresas, se acaso contaram com a ajuda de Maquiavel, não necessariamente serão maus: tudo dependerá, no final das contas, de *como eles utilizarão* o poder adquirido.

Ora, numa sociedade onde o poder absoluto é constantemente combatido e há certas regras e limites para o que um “príncipe” pode fazer com o seu poder, toda essa competição não será de todo ruim – como numa disputa darwiniana, é esperado que aqueles que alcançam o topo sejam os que detêm as melhores condições para liderar.

Portanto, se é verdade que esta obra é uma poderosa ferramenta para galgar o poder, considere fazer uso dela com toda a responsabilidade, acima de tudo considerando que a maldade está muito mais no uso que os príncipes fazem do poder do que no poder em si.

DEDICATÓRIA

Ao magnífico Lorenzo de Medici

Aqueles que desejam conquistar as graças de um príncipe costumam lhe trazer as coisas que consideram mais caras ou nas quais o vejam encontrar satisfação, por isso lhe são oferecidos cavalos, armas, tecidos de ouro, pedras preciosas e outros ornamentos semelhantes, dignos da sua grandeza. Assim sendo, desejando me oferecer a Vossa Magnificência com um testemunho qualquer da minha submissão, não encontrei entre as minhas posses coisa a mim mais cara ou que tanto considere quanto o conhecimento das ações dos grandes homens conquistado através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas. Após haver longamente refletido e examinado com grande cuidado, agora é este conhecimento que, reduzido a um pequeno volume, envio a Vossa Magnificência.

E ainda que julgue esta obra indigna do vulto de Vossa Magnificência, mesmo assim confio que ela deva ser aceita, considerado que de minha parte não lhe possa ser conferido maior presente senão o de lhe conceder a faculdade de poder, em tempo assaz breve, compreender tudo aquilo que eu, em tantos anos e com tantos incômodos e perigos, vim a conhecer. Não ornamentei este trabalho, nem o enchi de períodos sonoros ou de palavras estilosas e magníficas, ou de qualquer outra figura de retórica ou truques com os quais muitos costumam desenvolver e enfeitar as suas obras; e isto porque não

quero que outra coisa o valorize, a não ser a variedade da matéria e a gravidade do assunto a tornarem-no agradável. Tampouco é meu desejo que se considere presunção se um homem de baixa e ínfima condição ousa discorrer e estabelecer regras a respeito do governo dos príncipes: assim como aqueles que desenham a paisagem se colocam nas planícies para considerar a natureza dos montes e montanhas e, para observar aquelas, se situam em posição elevada sobre elas, também, para bem conhecer o caráter do povo, é preciso ser príncipe; e para compreender o do príncipe, é preciso ser povo. Receba assim, Vossa Magnificência, este pequeno presente com aquele intuito com que o envio; nele, se diligentemente considerado e lido, encontrará o meu extremo desejo de que lhe advenha aquela grandeza que a fortuna e as suas outras qualidades lhe prometem. E se Vossa Magnificência, das alturas em que se encontra, alguma vez voltar os olhos para baixo, notará quão imerecidamente suporto um grande e contínuo infortúnio.

O PRÍNCIPE

CAPÍTULO I

DE QUANTAS ESPÉCIES SÃO OS PRINCIPADOS E COMO SÃO ADQUIRIDOS

Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados são ou hereditários, quando o sangue da família é nobre já há um longo tempo, ou novos. Os novos podem ser totalmente novos, como foi Milão com Francisco Sforza, ou o são como membros acrescentados ao Estado hereditário do príncipe que os adquire, como é o reino de Nápoles em relação ao rei da Espanha. Essas terras assim obtidas estão acostumadas ou a viverem submetidas a um príncipe ou a serem livres, sendo adquiridas com tropas de outrem ou com as próprias, bem como pela fortuna ou por virtude.

CAPÍTULO II

DOS PRINCIPADOS HEREDITÁRIOS

Não falarei aqui das repúblicas porque delas tratei longamente noutra oportunidade. Voltarei a minha atenção somente para os principados, irei delineando os princípios descritos e discutirei como eles devem ser governados e mantidos. Assim, afirmo que para a preservação dos Estados hereditários e afeiçoados à linhagem do seu príncipe, as dificuldades são bem menores que nos novos. Já é bastante não preterir os costumes dos antepassados e, depois, contemporizar com os acontecimentos fortuitos, de tal forma que se um tal príncipe for dotado de capacidade mediana sempre se manterá no poder, a menos que uma extraordinária e excessiva força dele venha a privá-lo; mas, uma vez dele destituído, mesmo que o usurpador seja temido, ainda poderá voltar a conquistá-lo.

Nós temos na Itália, por exemplo, o duque de Ferrara, que não cedeu aos assaltos dos venezianos em 1484 nem aos do papa Júlio em 1510, apenas por ser antigo naquela terra. Na verdade, o príncipe natural tem menos razões e necessidade de ofender: daí se conclui que deve ser mais amado e, se não se faz odiar por vícios inconvenientes, é lógico e natural que seja bem visto por todos. Na Antiguidade e continuação do exercício do poder apagam-se as lembranças e as causas das inovações, porque uma mudança sempre deixa marcada a base para o surgimento de outra.

CAPÍTULO III

DOS PRINCIPADOS MISTOS

Mas é nos principados novos que residem as dificuldades. Em primeiro lugar, se não é totalmente novo, mas sim o membro anexado a um Estado hereditário (que, no seu conjunto, pode se chamar “quase misto”), as suas variações

resultam sobretudo de uma natural dificuldade inerente a todos os principados novos: é que os homens, com satisfação, mudam de senhor pensando em melhorar de vida, e esta crença faz com que peguem em armas contra o senhor atual, no que se enganam porque, pela sua própria experiência, mais tarde percebem que pioraram a sua situação. Isso depende de uma outra necessidade natural e ordinária, a qual faz com que o novo príncipe sempre precise ofender os novos súditos com os seus soldados e com outras infinitas injúrias que se lançam sobre a recente conquista. Desse modo, ele tem como inimigos todos aqueles que ofendeu com a ocupação daquele principado, e não pode manter como amigos os que o puseram ali por não poder satisfazê-los da maneira como tinham imaginado, nem lhes aplicar corretivos violentos, uma vez que está a eles enlaçado. Porque sempre, mesmo que detendo enorme poderio militar, há a necessidade do apoio dos habitantes para se penetrar numa província.

Foi por essas razões que Luís XII, rei da França, ocupou Milão rapidamente e logo depois o perdeu, para tanto bastando inicialmente as forças do duque Ludovico, porque aquelas populações que lhe haviam aberto as portas, reconhecendo o erro da sua esperança anterior e descrentes daquele bem-estar futuro que tinham imaginado, não mais podiam suportar os dissabores causados pelo novo príncipe.

É bem verdade que, reconquistando posteriormente as regiões rebeladas, mais dificilmente serão perdidas, porque o senhor, em razão da rebelião, é mais resoluto em se assegurar da punição daqueles que lhe faltaram com a lealdade, em investigar os suspeitos e em reparar os pontos mais fracos. Assim sendo, para que a França perdesse Milão pela primeira vez foi suficiente ao duque Ludovico fazer motins nos seus limites; para perdê-lo pela segunda vez foi preciso que tivesse contra si o mundo todo e que os seus exércitos fossem derrotados ou expulsos da Itália, o que resultou das razões logo acima apontadas.

Não obstante, tanto na primeira como na segunda vez, Milão lhe foi tomado. As razões gerais da primeira foram expostas; resta agora falar sobre as da segunda vez e ver de que remédios dispunha a França, e de que meios

poderá valer-se quem venha a se encontrar nessas circunstâncias para poder se manter na posse da conquista melhor do que o fez esse país.

Assim sendo, afirmo que estes Estados conquistados e anexados a um Estado antigo ou são da mesma província e da mesma língua ou não o são: quando são, é deveras fácil mantê-los apaziguados, ainda mais quando não estão habituados a viver em liberdade; e para dominá-los seguramente será bastante ter-se extinguido a casta do príncipe que os governava, porque nas outras coisas, conservando-se as suas velhas condições e não existindo alteração de costumes, os homens passam a viver tranquilamente, como se viu ocorrer na Borgonha, na Bretanha, na Gasconha e na Normandia, que por tanto tempo estiveram com a França: a despeito da relativa diversidade de línguas, graças à semelhança de costumes ficou fácil às pessoas se entender entre si. E quem conquista, querendo conservá-los, deve adotar duas medidas: a primeira, fazer com que a linhagem do antigo príncipe seja extinta; a outra, não alterar nem as suas leis nem os impostos; por tal forma, dentro de um espaço de tempo muito curto, o território conquistado passa a constituir todo um enlace com o principado antigo.

Todavia, quando se conquistam territórios numa província com língua, costumes e leis diferentes, aqui surgem as dificuldades, e é necessário haver boa sorte e muita habilidade para mantê-los. E um dos maiores e mais eficientes remédios é quando o próprio conquistador se muda e vai habitá-los. Isto por si só torna mais segura e duradoura a posse conquistada, como se tornou a do turco da Grécia, que a despeito de ter observado todas as leis locais não teria conservado esse território se para lá não tivesse se transferido. Isso porque, estando no local, pode-se perceber o nascimento das desordens e rapidamente pode-se reprimi-las; lá não estando, delas somente se tem notícia quando já se encontram alastradas, fora de solução. Além disso, a província conquistada não é saqueada pelos vice-governantes; os súditos ficam satisfeitos porque o acesso ao príncipe se torna mais fácil, e assim têm mais razões para amá-lo, quando desejam cooperar, e para temê-lo, caso queiram agir por forma antagônica. Quem estiver no exterior e desejar assaltar aquele Estado, por ele terá maior respeito; pois, residindo nele, o príncipe somente com muita dificuldade poderá vir a perdê-lo.

Outra solução eficaz é instalar colônias num ou dois pontos, que sejam como grillhões postos àquele Estado, pois é necessário fazer como tal ou lá manter muitas tropas. Com as colônias não se despende muito e, sem grande custo, podem ser instaladas e mantidas, sendo que a sua criação prejudica somente aqueles de quem se tomam os campos e as casas para cedê-los aos novos habitantes, os quais constituem uma parcela mínima do Estado conquistado. Ainda, os assim prejudicados, ficando dispersos e pobres, não podem causar dano algum, ao passo que os não lesados ficam à parte, amedrontados, devendo aquietar-se ao pensamento de que não poderão errar para que a eles não ocorra o mesmo que aconteceu àqueles que foram espoliados. Concluo dizendo que essas colônias não são dispendiosas, e além disso são mais fiéis, ofendem menos, e os prejudicados não podem causar mal, tornados pobres e dispersos como já foi dito. Assim se conclui que os homens devem ser afagados ou eliminados, pois se por ventura eles se vingam das pequenas ofensas, com as graves já não têm o que fazer; daí decorre que a ofensa que se faz ao homem deve ser tal que dela não se possa temer vingança.

Mas ao se manter, em lugar de colônias, forças militares gasta-se muito mais, uma vez que toda a arrecadação é absorvida daquele Estado pela guarda aí destacada; dessa forma, a conquista se transforma em perda e ofende muito mais porque danifica todo aquele país com as mudanças do alojamento do exército, incômodo esse que todos sentem e que transforma cada habitante em inimigo: e são inimigos que podem causar dano ao conquistador, já que, apesar de vencidos, ainda residem na sua própria casa. Sob qualquer ponto de vista essa guarda armada é inútil, ao passo que a criação de colônias é útil.

Além disso, quem se encontra à frente de uma província diferente, como foi dito, deve se tornar chefe e defensor dos mais fracos, tratando de enfraquecer os poderosos e cuidando que em hipótese alguma aí penetre um forasteiro tão forte quanto ele. E sempre surgirá quem seja chamado por aqueles que na província se sintam descontentes, seja por excessiva ambição, seja por medo, como viu-se terem os etólios introduzido na Grécia os romanos, que, aliás, em todas as outras províncias que conquistaram, fizeram-no auxiliados pelos respectivos habitantes. E a ordem das coisas é tal que, tão logo um

estrangeiro poderoso adentra uma província, todos aqueles que nela são mais fracos a ele dão adesão, movidos pela inveja contra quem se tornou poderoso sobre eles; tanto assim é que em relação a estes não se torna necessário grande trabalho para obter seu apoio, pois logo todos eles, voluntariamente, formam bloco com o seu Estado conquistado. Apenas deve haver o cuidado de não permitir que eles venham a ter muito poder e muita autoridade, podendo o conquistador, facilmente, com as suas forças e com o apoio deles, abater os que ainda estejam fortes para tornar-se senhor absoluto daquela província. E quem não encaminhar satisfatoriamente tal empreendimento bem cedo perderá a sua conquista; e mesmo enquanto puder conservá-la, terá infinitos aborrecimentos e dificuldades.

Os romanos, nas províncias que vieram a conquistar, observaram bem esses pontos; fundaram colônias, conquistaram a amizade dos menos prestigiosos, sem lhes aumentar o poder, abateram os mais fortes e não deixaram que os estrangeiros poderosos adquirissem fama. Quero tomar como exemplo apenas a província da Grécia. Os aqueus e os etólios se tornaram amigos dos romanos; o reino dos macedônios foi humilhado, Antíoco foi expulso; mas nem os méritos dos aqueus e dos etólios lhes asseguraram permissão para conquistar algum Estado, nem a persuasão de Felipe conseguiu fazer com que os romanos se tornassem seus amigos e não o diminuíssem, nem o poder de Antíoco conseguiu fazer com que eles o autorizassem a manter o seu domínio naquela província. Isso tudo ocorreu porque os romanos fizeram nesses casos aquilo que todo príncipe inteligente deve fazer: não somente vigiar e ter cuidado com as desordens atuais como também com as futuras, evitando-as com toda a cautela porque, previstas a tempo, facilmente se lhes pode apaziguar; mas, esperando que se avultem, o remédio não chega a tempo, e o mal já então se tornou incurável. Ocorre aqui como no caso do tuberculoso, segundo os médicos: no princípio é simples a cura e complexo o diagnóstico, mas com o decorrer do tempo, se a enfermidade não foi conhecida nem tratada, torna-se simples o diagnóstico e complexa a cura. Assim também ocorre nos assuntos do Estado porque, conhecendo com antecedência os males que o atingem (o que não é dado senão a um homem prudente), a cura é rápida; mas quando,

por não se os ter conhecido logo, vêm eles a crescer de modo a se tornarem do conhecimento de todos, a possibilidade do remédio deixa de existir.

Contudo, os romanos, prevendo as perturbações, sempre as impediram e jamais, para fugir à guerra, permitiram que elas seguissem o seu curso, pois sabiam que a guerra não se evita, mas apenas se adia em benefício dos outros; por isso mesmo, promoveram a guerra contra Felipe e Antíoco na Grécia para evitar terem de fazê-la na Itália e, no entanto, podiam ter evitado a luta naquele momento se o quisessem. Tampouco em momento algum lhes agradou aquilo que todos os dias está nos lábios dos entendidos do nosso tempo, o desejo de gozar do benefício da contemporização, mas sim apenas aquilo que resultava da sua própria virtude e prudência: na realidade o tempo lança à frente todas as coisas e pode transformar o bem em mal e o mal em bem.

Mas voltemos à França e examinemos se ela fez alguma das coisas que expomos, falando eu de Luís XII, e não de Carlos VIII, porque foi dele que, por ter mantido mais prolongado domínio na Itália, melhor se viram os progressos: e poder-se-á constatar como ele fez o contrário que se deve fazer para conservar um Estado numa província diferente.

O rei Luís foi conduzido à Itália pela ambição dos venezianos que, por tal meio, quiseram ganhar o Estado da Lombardia. Não desejo censurar o partido tomado pelo rei; porque, querendo começar a pôr um pé na Itália e não tendo amigos nessa província, e lhe sendo, ao contrário, fechadas todas as portas em razão do comportamento do rei Carlos, foi obrigado a servir-se daquelas amizades com as quais podia contar: e até teria lhe resultado uma boa escolha tal partido, se nas suas outras ações não tivesse cometido erro algum. Conquistada, pois, a Lombardia, o rei readquiriu prontamente aquela reputação que Carlos perdera: Gênova cedeu; os florentinos tornaram-se seus amigos; o marquês de Mântua, o duque de Ferrara, Bentivoglio, a senhora de Forlì, o senhor de Faenza, de Pesaro, de Rimini, de Camerino, de Piombino, os Lucchese, os Pisano e os Sienese, todos foram ao seu encontro para se tornarem seus amigos. Os venezianos puderam considerar então a temeridade da resolução que haviam adotado, pois que, para conquistar dois pedaços de terra na Lombardia, fizeram o rei se tornar senhor de dois terços da Itália.

Considere-se agora com quanta facilidade poderia o rei manter a sua reputação na Itália se, observadas as normas já referidas, tivesse conservado seguros e defendidos todos aqueles seus amigos, que, embora em grande número, eram fracos e temerosos, uns da Igreja, outros dos venezianos, e assim precisariam sempre estar com ele; por meio deles poderia, facilmente, ter-se assegurado contra os que ainda se conservavam fortes.

Mas ele, recém-chegado a Milão, fez o contrário, dando auxílio ao papa Alexandre para que ocupasse a Romanha. Nem percebeu que com essa deliberação enfraquecia a si próprio, afastando os amigos e aqueles que tinham se lançado aos seus braços, enquanto fortalecia a Igreja acrescentando ao poder espiritual, que lhe dá tanta autoridade, tamanha força temporal. Cometido um primeiro erro, foi compelido a seguir praticando outros até que, para pôr fim à ambição de Alexandre e evitar que este se tornasse senhor da Toscana, teve de vir pessoalmente à Itália.

Não lhe bastou ter tornado grande a Igreja e perder os amigos; por querer o reino de Nápoles, dividiu-o com o rei da Espanha; e sendo o principal árbitro da Itália, aí colocou um companheiro para que os ambiciosos daquela província e os descontentes com ele mesmo tivessem onde se refugiar; e em vez de deixar naquele reino um soberano a ele sujeito, tirou-o para, no seu lugar, colocar um outro que poderia vir a expulsá-lo dali.

É coisa muito natural e comum o desejo de conquistar, e sempre, quando os homens podem fazê-lo, serão exaltados, ou pelo menos não serão censurados; mas quando não têm possibilidade e querem tentar a conquista de qualquer maneira, aqui está o erro e, consequentemente, a censura. Se a França, pois, podia assaltar Nápoles com as suas forças, devia fazê-lo; se não podia, não devia dividir esse reino. E se a divisão que fez com os venezianos sobre a Lombardia mereceu desculpa por ter com ela firmado um pé na Itália, aquela merece censura em razão de não ser justificada por essa necessidade.

Tinha, pois, Luís cometido estes cinco erros: eliminou os mais fracos; aumentou na Itália o prestígio de um poderoso; aí colocou um estrangeiro poderosíssimo; não veio a residir no país; e, finalmente, não instalou colônias.

Estes erros, contudo, poderiam não ter causado dano enquanto ele ainda estivesse vivo se não houvesse sido cometido o sexto erro: tomar os territórios aos venezianos. Na verdade, se não tivesse tornado grande a Igreja nem introduzido a Espanha na Itália, seria bem razoável e necessário enfraquecê-los; mas, uma vez tomadas aquelas medidas, ele nunca deveria ter consentido na sua ruína, pois, sendo poderosos, eles teriam sempre mantido aquelas à distância da Lombardia, e isso porque os venezianos jamais iriam consentir em qualquer manobra contra esse Estado, a menos que eles se tornassem os senhores, da mesma forma que os outros não iriam querer tomá-lo à França para dá-lo aos venezianos, ao mesmo tempo que lhes faltava coragem para entrar em luta com estes e com a França. E se alguém dissesse “O rei Luís cedeu a Romanha a Alexandre e o reino à Espanha para fugir a uma guerra”, eu responderia com as razões já anteriormente expostas de que nunca se deve deixar prosseguir uma crise para escapar a uma guerra, mesmo porque dela não se foge, mas apenas se adia, para a própria desvantagem. E se alguns outros alegassem a palavra que o rei dera ao papa de realizar para ele aquela conquista em troca da dissolução do seu casamento e do chapéu cardinalício para o arcebispo de Ruão, eu responderia com o que mais adiante será dito acerca da palavra dos príncipes e de como ela deve ser respeitada.

Perdeu, pois, o rei Luís a Lombardia por não ter respeitado nenhum dos princípios observados por outros que dominaram províncias e quiseram conservá-las. Não há aqui algum milagre, mas sim algo muito comum e factível. E deste assunto falei em Nantes ao arcebispo de Ruão, quando Valentino, assim popularmente chamado César Bórgia, filho do papa Alexandre, ocupava a Romanha: porque, dizendo-me o cardeal de Ruão que os italianos não entendiam de guerra, lhe respondi dizendo que os franceses não entendiam do Estado, pois que, se de tal compreendessem, não teriam deixado que a Igreja alcançasse tanto poder. E por experiência viu-se que a grandeza da Igreja e da Espanha na Itália foi causada pela França, e a ruína desta foi acarretada por aquelas.

Disso se extrai uma regra geral que nunca ou raramente falha: quem é a causa do poder de alguém cairá em ruína, porque tal poder concedido resulta ou da astúcia ou da força de quem o concedeu, e ambas são suspeitas para aquele que veio a se tornar poderoso.